



Número: **5000047-63.2020.8.13.0481**

Classe: **[CÍVEL] EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Patrocínio**

Última distribuição : **19/01/2021**

Valor da causa: **R\$ 66.630,00**

Processo referência: **0048633-27.2017.8.13.0481**

Assuntos: **Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
ROBERTO QUEIROZ DO NASCIMENTO (EMBARGANTE)	
	OTACILIO FERRAZ (ADVOGADO)
MUNICIPIO DE PATROCINIO (EMBARGADO(A))	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10403002421	28/02/2025 03:11	Acórdão - Apelação Cível	Documentos 2ª instância



DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CDA FUNDADA EM DECISÃO DO TCE ENVOLVENDO CONDUTA NÃO RECONHECIDA JUDICIALMENTE COMO CARACTERIZADORA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. PRESCRIÇÃO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO.

I. Caso em exame

Trata-se de apelação cível interposta contra sentença que julgou improcedentes embargos à execução, na qual autor/apelante busca o reconhecimento de nulidade de CDA executada em demanda satisfativa, emitida em razão de decisão administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais que desconsiderou a existência da prescrição da pretensão ressarcitória.

II. Questão em discussão

2. A questão central consiste em definir se a CDA objeto da execução fiscal embargada é nula.

III. Razões de decidir

3. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, consolidada nos Temas 666, 897 e 899, estabelece que apenas as ações de ressarcimento ao erário fundadas em ato de improbidade dolosa são imprescritíveis, devendo as demais ações, inclusive aquelas derivadas de decisões de tribunais de contas, observar os prazos prescricionais aplicáveis.

4. No caso em tela, a ausência de reconhecimento judicial da conduta objeto do procedimento administrativo como ímproba resulta na sujeição da pretensão ressarcitória encartada no processo em curso perante o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais aos prazos prescricionais estabelecidos na Lei Complementar Estadual nº 102/2008.

5. Nos termos da interpretação conjunta do art. 118-A, inciso II e parágrafo único, com art. 110-C, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 102/2008, a possibilidade de ressarcimento ao erário em razão de procedimento do TCE/MG já se encontrava já fulminada pela prescrição na data da prolação da decisão final no Processo Administrativo nº 672328.

IV. Dispositivo e tese

6. Recurso provido.

Tese de julgamento: "É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão administrativa de tribunal de contas, quando ausente o reconhecimento judicial de ato doloso de improbidade administrativa."

Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 37, § 5º; Lei Complementar Estadual nº 102/2008, arts. 118-A, 110-C.

Jurisprudência relevante citada: STF, RE 669069 (Tema 666), RE 852475 (Tema 897), RE 636866 (Tema 899).





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.24.417505-5/001

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0000.24.417505-5/001 - COMARCA DE PATROCÍNIO - APELANTE(S): ROBERTO QUEIROZ DO NASCIMENTO - APELADO(A)(S): MUNICIPIO DE PATROCINIO

A C Ó R D ã O

Vistos etc., acorda, em Turma, a 19ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, em **DAR PROVIMENTO AO RECURSO**.

DES. LEITE PRAÇA
RELATOR

Fl. 2/10





DES. LEITE PRAÇA (RELATOR)

V O T O

Trata-se de Apelação Cível interposta por ROBERTO QUEIROZ DO NASCIMENTO contra r. sentença proferida pelo Exmo. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Patrocínio, que julgou improcedentes os Embargos à Execução nº 5000047-63.2020.8.13.0481, ajuizados em desfavor do MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO e distribuídos por dependência à Execução Fiscal nº 0048633-27.2017.8.13.0481.

O apelante noticia que a CDA objeto da Execução Fiscal nº 0048633-27.2017.8.13.0481 tem como fundamento decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais proferida no Processo Administrativo nº 672.328, feito extrajudicial no qual se debateu condutas irregulares, mas não caracterizadas como improbidade administrativa, praticadas pelo Prefeito do Município de Patrocínio nos anos 1988 e 2000. Destaca que a irregularidade debatida perante a Corte de Contas versou apenas sobre o pagamento de despesas de alugueis para Delegado da Polícia Civil e para o Comandante do Corpo de Bombeiro residentes no Município de Patrocínio, o que era prática usual ao tempo de tais dispêndios pelo erário local, inclusive era objeto de diversos convênios entre direitos municípios mineiros e o Estado de Minas Gerais. Nega que as despesas reputas irregulares pelo TCE/MG tenham resultado em prejuízo ao erário público, pois elas visavam garantir a continuidade do serviço público essencial de segurança pública no Município de Patrocínio, repisando que a própria Corte de Contas decidiu reiteradamente pela inexistência de improbidade administrativa em tais condutas praticadas por diversos Prefeito mineiros. Partindo de tais premissas, afirma que, ao tempo da





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.24.417505-5/001

expedição da CDA, a pretensão ao ressarcimento de valores ao erário já se encontrava fulminada pela prescrição, consoante interpretação conjunta das teses fixadas nos Procedentes Vinculantes RE 852475 (Tema 897) e RE 669069 (Tema 666) do excelso Supremo Tribunal Federal. Pondera, ainda, que os processos administrativos que tramitam perante o TCE/MG também se sujeitam ao instituto da prescrição, consoante determinam os arts. 182-B e 182-E de seu Regimento Interno. Argumenta que os atos irregulares a ele imputados, não reconhecidos como caracterizadores de improbidade administrativa, foram praticados nos anos de 1998 a 2000 e que o julgamento do Processo Administrativo nº 672.328 pelo TCE/MG data de 11/12/2015, com publicação da decisão final em 06/06/2016, circunstâncias que externam claramente a ocorrência prescrição e a nulidade da CDA que lastreia a Execução Fiscal nº 0048633-27.2017.8.13.0481. Ressalta, também, que o Processo Administrativo nº 672.328 ficou paralisado, em justificativa, entre 01/09/2003 e 21/07/2015, revelando a ocorrência de prescrição intercorrente no feito que tramitou perante o TCE/MG, no bojo do qual proferida a decisão de ressarcimento de valores ao erário que subsidia a CDA exequenda na Execução Fiscal nº 0048633-27.2017.8.13.0481. Requer, assim, o provimento do apelo para julgar procedente os Embargos à Execução e determinar, em consequência, a extinção da Execução Fiscal acima mencionada.

Apesar de regularmente intimado, o apelado não apresentou resposta ao recurso, como certificado à Ordem 46.

É o relatório.

- ADMISSIBILIDADE

Conheço o recurso, porque preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

Fl. 4/10





- MÉRITO RECURSAL

Após análise detida dos autos, verifico deve ser provido o recurso.

O art. 37, §5º, da Constituição Federal preceitua que “A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, **ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.**” (destaquei)

A respeito desta matéria, o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o mérito do Precedente Vinculante RE 669069 (Tema 666), que teve trânsito em julgado em 31/08/2016, fixou a seguinte tese vinculante:

“CONSTITUCIONAL E CIVIL. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. SENTIDO E ALCANCE DO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO. 1. **É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil.** 2. Recurso extraordinário a que se nega provimento.” (RE 669069, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 03/02/2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-082 DIVULG 27-04-2016 PUBLIC 28-04-2016)

Em 08/08/2018, a excelsa Corte Suprema, ao julgar o mérito do Precedente Vinculante RE 852475 (Tema 897), reafirmou a tese do Tema 666, sob nova perspectiva de análise da questão, ao deliberar que apenas “São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.”

Por fim, no Precedente Vinculante RE 636866 (Tema 899), o STF, ratificando a jurisprudência vinculante fixadas no RE 669069 (Tema 666) e RE 852475 (Tema 897), decidiu:

“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REPERCUSSÃO GERAL. EXECUÇÃO FUNDADA EM ACÓRDÃO PROFERIDO PELO TRIBUNAL DE





CONTAS DA UNIÃO. PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRESCRITIBILIDADE.

1. A regra de prescritebilidade no Direito brasileiro é exigência dos princípios da segurança jurídica e do devido processo legal, o qual, em seu sentido material, deve garantir efetiva e real proteção contra o exercício do arbítrio, com a imposição de restrições substanciais ao poder do Estado em relação à liberdade e à propriedade individuais, entre as quais a impossibilidade de permanência infinita do poder persecutório do Estado. 2. Analisando detalhadamente o tema da 'prescritebilidade de ações de ressarcimento', este SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL concluiu que, **somente são imprescriteveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato de improbidade administrativa doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa – Lei 8.429/1992 (TEMA 897).** Em relação a todos os demais atos ilícitos, inclusive àqueles atentatórios à probidade da administração não dolosos e aos anteriores à edição da Lei 8.429/1992, aplica-se o TEMA 666, sendo prescritevel a ação de reparação de danos à Fazenda Pública. 3. A excepcionalidade reconhecida pela maioria do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no TEMA 897, portanto, não se encontra presente no caso em análise, uma vez que, no processo de tomada de contas, o TCU não julga pessoas, não perquirindo a existência de dolo decorrente de ato de improbidade administrativa, mas, especificamente, realiza o julgamento técnico das contas à partir da reunião dos elementos objeto da fiscalização e apurada a ocorrência de irregularidade de que resulte dano ao erário, proferindo o acórdão em que se imputa o débito ao responsável, para fins de se obter o respectivo ressarcimento. 4. A pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos reconhecida em acórdão de Tribunal de Contas prescreve na forma da Lei 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal). 5. Recurso Extraordinário DESPROVIDO, mantendo-se a extinção do processo pelo reconhecimento da prescrição. Fixação da seguinte tese para o TEMA 899: **“É prescritevel a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas”.** (RE 636886, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 20/04/2020, PROCESSO





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.24.417505-5/001

ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO
DJe-157 DIVULG 23-06-2020 PUBLIC 24-06-2020)
(destaquei)

Logo, segundo orientação pacífica do Supremo Tribunal Federal, são imprescritíveis apenas as ações de ressarcimento ao erário, fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa, reconhecida em ação judicial específica que observe o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.429/92 (Lei Federal nº 8.429/92), hipótese essa não verificada no presente caso.

Neste ponto, destaco que o Superior Tribunal de Justiça, quando do julgamento do AREsp 880066/MG, determinou o retorno de processo a este egrégio Tribunal de Justiça, por entender que o Magistrado não poderia qualificar a conduta de um agente como ímproba sem que fosse observado o procedimento disposto na Lei Federal nº 8.429/92:

“Ora, da leitura da passagem acima citada verifica-se que não resta esclarecida a questão relativa à existência de prévia ação de improbidade administrativa. **Com efeito, não poderia o magistrado a quo, tão somente com base nos fatos contidos no processo administrativo que tramitou perante o Tribunal de Contas Estadual, qualificar como ímprobos as condutas praticadas pelo agravante, sem que, para tanto, fosse observado o procedimento judicial previsto na Lei nº 8.429/1992.**” (destaquei)

Cumprе ressaltar ainda que, mesmo os julgamentos de mérito dos Precedentes Vinculantes acima mencionados sendo posteriores ao julgamento do acórdão do Tribunal de Contas Mineiro que subsidiou a emissão da certidão de dívida ativa exequenda (Ordem 06), não há que se falar em óbice à aplicabilidade de tais teses vinculantes à lide posta, ante a natureza de ordem pública da matéria nelas debatidas.

Pois bem.

Fl. 7/10





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.24.417505-5/001

Na lide posta, a pretensão executiva do Município de Patrocínio se funda na CDA de Ordem 06, emitida em **03/07/2017** em razão do julgamento da certidão de débito nº 0566/2016, expedida com fulcro em decisão no Processo Administrativo nº 672328 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, proferida em **11/12/2015** e publicada em 06/06/2016.

Porém, em consulta ao sítio eletrônico do TCE (https://www.tce.mg.gov.br/pesquisa_processo.asp), verifica-se que o processo administrativo acima mencionado, distribuído em 03/04/2001, teve como origem procedimento de inspeção processado sob o nº 641189 que, consoante Relatório Técnico datado de 21/07/2015 – peça processual acessível na mesma página de internet –, foi determinado pela Portaria n. 62/2000, de **09/10/2000** (<https://tcnotas.tce.mg.gov.br/tcjuris/Nota/BuscarArquivo/917997>).

Neste contexto, nos termos da interpretação conjunta do art. 118-A, inciso II, com art. 110-C, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 102/2008, abaixo transcritos, a possibilidade de ressarcimento ao erário em razão de procedimento do TCE/MG já se encontrava fulminada pela prescrição em **11/12/2015**, na data da prolação da decisão final no Processo Administrativo nº 672328 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais:

“Art. 118-A – Para os processos que tenham sido autuados até 15 de dezembro de 2011, adotar-se-ão os prazos prescricionais de:

I – cinco anos, contados da ocorrência do fato até a primeira causa interruptiva da prescrição;

II – oito anos, contados da ocorrência da primeira causa interruptiva da prescrição até a primeira decisão de mérito recorrível proferida no processo;

III – cinco anos, contados da prolação da primeira decisão de mérito recorrível até a prolação da decisão de mérito irrecorrível.

Fl. 8/10





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.24.417505-5/001

Parágrafo único – A pretensão punitiva do Tribunal de Contas para os processos a que se refere o caput prescreverá, também, quando a paralisação da tramitação processual do feito em um setor ultrapassar o período de cinco anos.”

“Art. 110-C – São causas interruptivas da prescrição:

I – despacho ou decisão que determinar a realização de inspeção cujo escopo abranja o ato passível de sanção a ser aplicada pelo Tribunal de Contas;

II – autuação de feito no Tribunal de Contas nos casos de prestação e tomada de contas;

III – autuação de feito no Tribunal de Contas em virtude de obrigação imposta por lei ou ato normativo;

IV – instauração de tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas;

V – despacho que receber denúncia ou representação;

VI – citação válida;

VII – decisão de mérito recorrível.”

Não bastasse, segundo o mesmo Relatório Técnico datado de 21/07/2015, o procedimento administrativo ficou paralisado por mais de 5 (cinco) anos na Unidade Técnica, setor para o qual foi encaminhado em 01/09/2003, circunstância esta que também gerou a prescrição da condenação administrativa ressarcitória – e não só punitiva, como consignado pelo TCE/MG na decisão final do Processo Administrativo nº 672328 – por força do art. 118-A, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 102/2008 conjugado com tese fixada no Precedente Vinculante RE 636866 (Tema 899).

Assim, é claramente inválida e insubsistente a certidão de dívida ativa que funda esta demanda satisfativa nº 0048633-27.2017.8.13.0481, emitida com fulcro em decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais que, sem o respaldo de decisão judicial específica que reconhecesse a conduta apurada no procedimento administrativo como ímproba, condenou o

Fl. 9/10





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.24.417505-5/001

executado/embargante ao ressarcimento de valores ao erário, após o transcurso integral do prazo prescricional aplicável à espécie.

Por conseguinte, impositivo o provimento deste apelo para julgar procedente o pedido deduzido na petição inicial dos Embargos à Execução nº 5000047-63.2020.8.13.0481.

DISPOSITIVO

Pelo todo o exposto, DOU PROVIMENTO AO RECURSO para julgar procedente o pedido de reconhecimento da prescrição deduzido na petição inicial dos Embargos à Execução nº 5000047-63.2020.8.13.0481.

Em consequência, inverte os ônus da sucumbência estabelecidos na r. sentença apelada, isentando a Fazenda Pública do pagamento de custas processuais.

Custas recursais na forma da lei.

É o meu voto.

JD. CONVOCADO MARCUS VINÍCIUS MENDES DO VALLE - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. CARLOS HENRIQUE PERPÉTUO BRAGA - De acordo com o(a) Relator(a).

SÚMULA: "DERAM PROVIMENTO AO RECURSO."

Fl. 10/10

